

A Questão da Identidade Cultural de Macau

Gary Ngai

Director-Executivo da Fundação Sino-Latina de Macau

TEORICAMENTE FALANDO, A IDENTIDADE CULTURAL de Macau pode ser explicada através de duas categorias: a espiritual e a material. No início, esta identidade tinha a ver com aspectos geográficos, demográficos e económicos, mas mais tarde adquiriu uma componente humana expressa através de aspectos políticos e legais, para além de uma variadíssima herança cultural, tais como relíquias, arquitectura, religião, língua, folclore, vestuário, etc. No passado, intelectuais locais e continentais concentraram as investigações fundamentalmente no aspecto material, negligenciando, um tanto, o aspecto espiritual. Na verdade, os dois não podem ser separados, porque constituem um todo, cujo conteúdo é único.

Essa mesma identidade de Macau está hoje cuidadosamente guardada, preservada e disponível para ser apreciada pelo grande público no Museu Marítimo e, mais recentemente, no Museu de Macau. Trata-se de uma identidade com mais de quatro séculos de formação, estando na base da História de Macau, que envolve dois grandes aspectos: o indígena, que é chinês; e outro estrangeiro, de raiz ocidental, mais propriamente latino.

O aspecto chinês identifica-se de forma muito próxima com as características gerais do Sul da China, principalmente com as zonas de Guangdong e Fujian, as duas províncias costeiras com o maior número de migrantes ultramarinos no último milénio. Por esse motivo, é fortemente influenciada pela chamada cultura chinesa ultramarina, a qual consiste numa mistura da cultura chinesa tradicional proveniente das culturas indígenas dos locais onde esses imigrantes chineses se fixaram e a cultura chinesa influenciada pelas potências que colonizaram alguns dos países hoje existentes na Ásia-Pacífico. Estes chineses ultramarinos assimilaram muitos dos elementos da cultura ocidental durante o período colonial.

O que podemos observar da cultura chinesa em Macau, por um lado, são as culturas tradicionais dos lugares de onde são provenientes esses imigrantes, como, por exemplo, o culto à Deusa Ah-Mah, protectora dos que sobrevivem do mar, originariamente proveniente de Fujian; o folclore e os costumes de Guangdong, incluindo o dialecto, o qual se tornou a língua dominante do Território (Cantonense). Por outro lado, podemos ver a forte influência da cultura chinesa ultramarina, através das fortes ligações dos mais velhos residentes chineses no Território, que têm muitos parentes a viver no estrangeiro, bem como através do retorno dos imigrantes chineses ultramarinos que se fixaram em Macau, durante o turbilhão social na Ásia e na África após a IIª Guerra Mundial.

A muito antiga tradição do folclore e costumes chineses, e algum antigo material da herança cultural chinesa, que foi destruída na China Continental durante a Guerra Civil e consequentes e contínuas sublevações sociais, mantiveram-se intactos e salvaguardados em Macau. Os antigos templos e relíquias do taoísmo, budismo e confucionismo, bem como as já conhecidas práticas tradicionais desde a nascença até à morte, ainda fazem parte integrante do dia-a-dia dos residentes de Macau, com grande surpresa de compatriotas do continente que visitam a cidade enquanto turistas. Alguns visitantes têm mesmo observado que a cultura tradicional é mais profunda em Macau do que em Hong Kong e que isso acontece, paralelamente, em muitos outros bairros chineses, partes integrantes de cidades em diversas partes do mundo.

A cultura chinesa em Macau, como a cultura chinesa em Hong Kong e zonas ultramarinas, foi influenciada pela cultura ocidental, em diferentes níveis e diferentes aspectos. Ao contrário de Hong Kong, Macau tem uma longa história de contacto com o Ocidente, tendo

passado por diferentes níveis, na qual a cultura chinesa teve de coexistir, interagir, chocar e misturar-se com a cultura vinda do Ocidente. Este processo de coexistência e interacção entre o Oriente e o Ocidente em Macau produziu, aparentemente, diferentes resultados quando comparado com outras cidades da China e Hong Kong.

Ao contrário dos britânicos em Hong Kong, os governantes portugueses em Macau foram sempre mais indulgentes na sua atitude com a população chinesa. Muitos acreditam que esta atitude tem mais a ver com o espírito de tolerância e *laissez faire* próprio da cultura latina, o qual permite mais espaço para o desenvolvimento da cultura chinesa, sem constituir uma ameaça para os governantes coloniais.

Como resultado desta tolerância, a liberdade religiosa em Macau foi bem preservada. Catolicismo, protestantismo, budismo, taoísmo, islamismo e a fé em Bahai têm vivido lado a lado durante séculos, conservando os seus próprios rituais e crenças, sem conflitos ou derramamento de sangue. Isto fez Macau substancialmente diferente da China continental, Japão, Filipinas, Indonésia, Irlanda, Médio Oriente, Bósnia e muitos outras zonas, onde os conflitos religiosos sangrentos não conseguem ser evitados. Macau torna-se, assim, num fenómeno único quando o bispo e o líder dos monges budistas aparecem juntos em importantes cerimónias da nossa comunidade local, concedendo a sua benção na sua própria tradição aos nossos maiores acontecimentos. Esta tolerância religiosa é, sem dúvida, estranha no mundo moderno.

A atitude de tolerância e *laissez faire* dos governantes portugueses resulta numa quase anarquia no sistema educacional da cidade. Neste sistema, uma minoria de escolas públicas portuguesas detêm o privilégio sobre a maioria das escolas privadas, chinesas e inglesas, que

estão organizadas segundo modelos educacionais existentes em Hong Kong, China continental, Taiwan e outros países e regiões, sem haver uma coordenação, sistematização ou padrões de qualidade determinados pelo governo. Como resultado, o português reduz-se a uma língua minoritária, das autoridades, enquanto que a maior parte da população prefere estudar inglês como segunda língua, devido à posição privilegiada deste idioma no comércio internacional. Nem o chinês constitui língua obrigatória nas escolas portuguesas. Tudo isto forma uma brecha entre as comunidades portuguesa e chinesa que tem persistido ao longo de várias gerações, e que tem atrapalhado o processo de localização de quadros neste período de transição.

Apesar da longa permanência desta brecha cultural, as duas culturas nunca pararam de interagir. A interação resulta numa certa mistura das duas, não apenas física mas também como um processo químico que deu origem a uma nova geração. Esta nova geração identificada como euroasiática ou macaense, com uma cultura muito própria na sua forma de falar, gastronomia, arte e vestuário, foi-se construindo ao longo de muitas gerações. Assim apareceu uma comunidade especial híbrida, os macaenses, diferentes dos puros portugueses e dos puros chineses. A referida comunidade híbrida nunca veio a ter um processo cultural paralelo com a vizinha Hong Kong, pois tem características culturais bilingues, tendo desempenhado um papel importante na história de Macau. Os macaenses foram aqueles que serviram de ligação na brecha cultural existente entre os portugueses e os chineses. Segundo uma recente investigação antropológica, os casamentos entre chineses e portugueses, ou chineses e macaenses, aumentaram nas últimas décadas, mostrando uma abertura de cultura de ambos os lados.

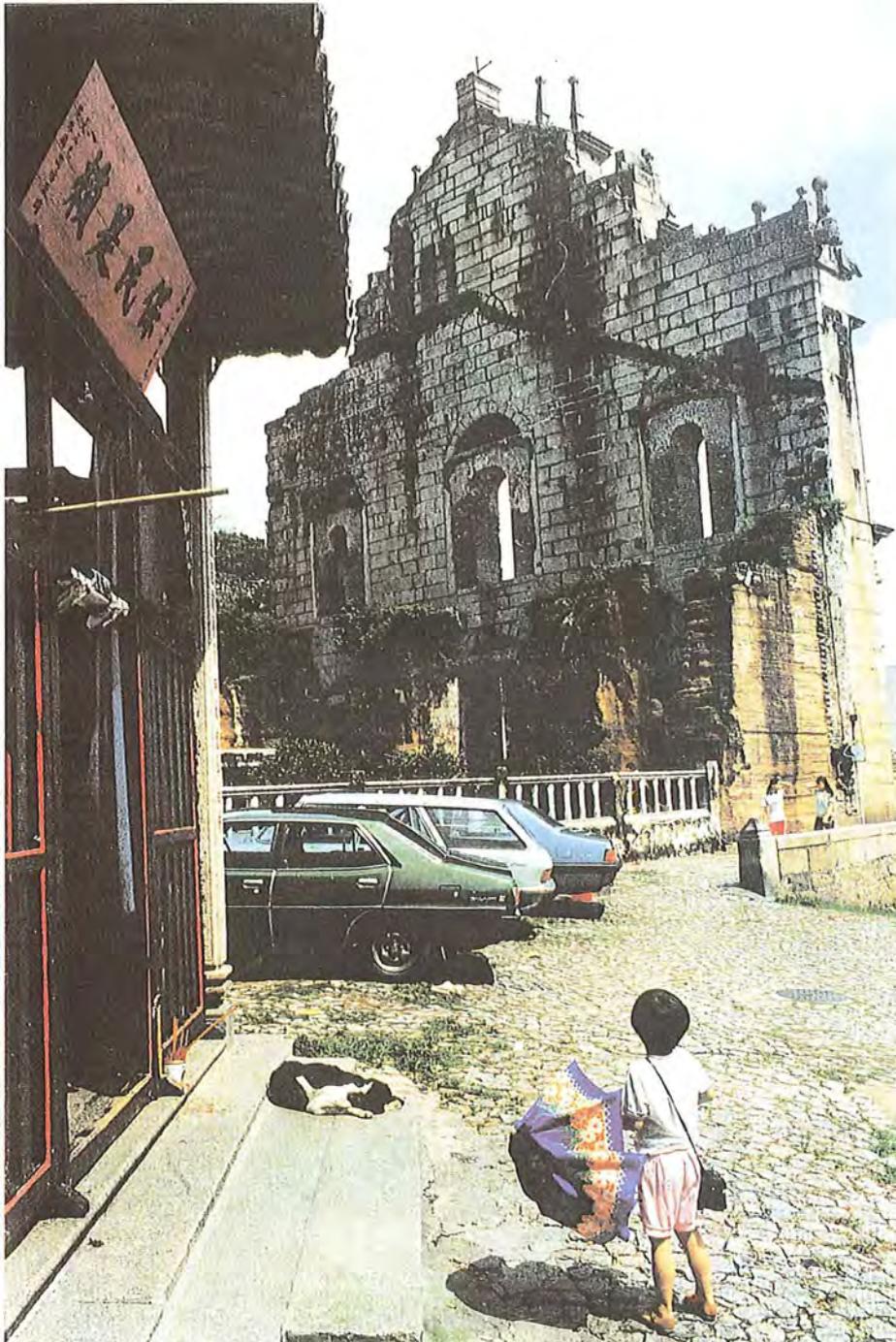
A mistura das culturas orientais e ocidentais em Macau também está patente na arquitectura, nos costumes tradicionais, especialmente nos casamentos rituais e na cozinha e mesmo nas crenças religiosas. Alguns dos aspectos mais marcantes podem ser encontradas na pintura, como um resultado da assimilação dos estilos oriental e ocidental. Destaca-se o estilo Lingnam, bastante popular no Sul da China, originário de Macau. O mesmo pode ser dito para a música, constantemente alvo de experiências, havendo sido realizada a interessante experiência de juntar o tradicional fado português com a orquestra de instrumentos chineses, resultando num efeito extraordinário.

A adaptação do sistema político e legal ocidental junto da comunidade chinesa local é outra importante experiência, especialmente para os novos imigrantes vindos do continente. É bastante notório que alguns dos valores ocidentais têm sido aceites pelos chineses, especialmente aqueles que dizem respeito a uma melhor educação.

Evidentemente que o processo de reformas legais e a consequente adaptação às condições locais irá muito para além de 1999. O aumento da percentagem dos chineses votantes durante as eleições e a sempre crescente procura entre a população chinesa local na defesa das liberdades existentes e das regras da lei é um notável exemplo no sentido positivo. A própria Lei Básica, numa certa perspectiva, é uma mistura entre a cultura política/legal chinesa e portuguesa, com particular ênfase na última.

Através da interacção entre as culturas oriental e ocidental em Macau, podemos facilmente chegar à conclusão que a identidade cultural de Macau é sino-latina, isto é, envolve a coexistência, interacção e mistura das duas, baseada no mútuo respeito e tolerância, implicando mais harmonia do que conflito, mais consensos do que confrontações, mais reconcilia-

«A liberdade religiosa em Macau foi bem preservada. Catolicismo, protestantismo, budismo, taoísmo, islamismo e a fé em Bahai, têm vivido lado a lado durante séculos».
Templo chinês junto das ruínas de S. Paulo.
Fotografia do Instituto Cultural de Macau.



ções do que alheamentos, mantendo uma estabilidade numa pluralidade. Isto pode ser designado por «Modelo Macau», o qual é significativamente diferente do exemplo de Hong Kong, o qual é de raiz anglo-saxónica, com mais conflitos e confrontações.

No viragem do século, agora que a administração de Macau passou para a China, existe o perigo real de a nossa própria identidade poder vir a ser diluída ou até erradicada, se os assuntos não forem tratados com cuidado e atenção, se os governantes de Macau carecerem de uma visão que faça parar essa deterioração.

A questão da preservação da herança cultural

O debate sobre a preservação da herança cultural de Macau está longe do fim. Começou nos inícios dos anos 80, quando o febril desenvolvimento da comercialização do Território principiou a destruir alguns dos velhos edifícios na parte histórica da cidade, substituindo-os por arranha-céus. O Instituto Cultural de Macau, atento ao problema, tem vindo a envidar todos os esforços no sentido de classificar, legislar e financiar o restauro de muitas dessas construções, tanto de traça arquitectónica oriental como ocidental, desde que sejam possuidores de interesse histórico e consequentemente cultural.

Nesse sentido, podemos considerar-nos mais afortunados do que Hong Kong, em virtude de ter havido aqui um despertar para a preservação de uma herança patrimonial, evitando assim a transformação da parte histórica da cidade numa selva de cimento armado, com a qual estariam irremediavelmente perdidos os objectivos do turismo cultural.

Este trabalho de preservação e salvaguarda das nossas antiguidades torna-se imperativo no próximo século, e deverá prevalecer contra um conjunto de ideias profundamente erradas



«Macau torna-se num fenómeno único quando o Bispo e o Líder dos Monges Budistas aparecem juntos em importantes cerimónias da nossa comunidade local, concedendo a sua bênção na sua própria tradição aos nossos maiores acontecimentos». Inauguração do Aeroporto de Macau em Dezembro de 1995.

sobre a necessidade de demolição do que ainda resta da parte histórica da cidade em nome de um «desenvolvimento» da mesma. Na verdade, é possível conciliar os dois objectivos em questão: preservação e desenvolvimento, desde que haja um planeamento e coordenação para um espaço urbano melhor.

O desenvolvimento urbano deverá concentrar-se nas recentes áreas conquistadas, enquanto que a parte antiga permanecerá intacta, protegida por uma gestão e legislação nesse sentido. Assim, será salvaguardado um Museu vivo, único no mundo, classificado como tal pela UNESCO.

Cada vez mais, outros aspectos significativos do debate pela preservação e desenvolvimento de Macau têm sido objecto de recente controvérsia e polémica. Existe uma forte tendência para sobrevalorizar a influência chinesa e diluir a influência latina da nossa identidade. Os defensores deste ponto de vista justificam-se no facto de a maioria esmagadora da população ser chinesa. Assim, segundo os mesmos, a identidade dominante e orientadora é a chinesa, enquanto a latina, respeitante apenas a uma minoria da população, é mais colonial por natu-

reza, apoiada numa estrutura que deverá desaparecer ou entrar em progressivo desvanecimento uma vez acabada a presença portuguesa. Esta argumentação é fortemente influenciada por um sentido redutor de visão, classificado por ultra-nacionalismo, muitas vezes encontrado antes e depois da IIª Grande Guerra Mundial. Trata-se de uma linha de orientação já ultrapassada no tempo, mas que teimosamente ainda vai tendo os seus adeptos em Macau. Uma vez aceite ou até tolerada depois de 1999, poderá dar origem, com o decorrer dos anos, à transformação de Macau em mais uma cidade chinesa ou reduzi-la a um simples apêndice da vizinha Zhuhai. Assim, se se perder o sentido latino, bem como as influências históricas dos contactos ultramarinos havidos, estará completamente posto de lado a base da política-sistema «um país, dois sistemas».

De facto, com a implementação da referida linha política, a latinidade e a influência ocidental na nossa identidade é mais importante do que a influência da identidade chinesa, detalhe que confere a Macau um cunho completamente diferente das outras cidades chinesas. Se quisermos conservar a presente situação sócio-cultu-

ral inalterável pelos próximos cinquenta anos, como está salvaguardado na Lei Básica, a influência latina da nossa identidade não deverá ser diluída ou erradicada. Muito pelo contrário, deverá ser orientada e desenvolvida para manter o estatuto de Região Especial Administrativa, região privilegiada na manutenção das ligações ultramarinas, conferindo-lhe um estatuto de ponte de ligação entre a Ásia-Pacífico em geral, e a China em particular, com o mundo de idioma de raiz latino existente na Europa, África e América, através da utilização de uma estrutura linguística e de um sistema legal comum.

Outro aspecto errado neste debate é o prevalecer da ideia de dependência de Macau em relação a Hong Kong. Devido à sua pequenez e fraqueza em termos económicos, personalidades de destaque dentro da comunidade da cidade defendem a ideia de tornar Macau num satélite de Hong Kong, mudando a lei da cidade, profundamente influenciada pelo Direito da Europa Continental, numa lei próxima da lei de Hong Kong, profundamente influenciada pelo Direito dos países Anglo-Saxónicos. Esta perspectiva também vai em sentido contrário da Lei Básica que prevê o insistir na preservação do actual sistema legal político. Esse mesmo sistema é claramente parte activa do mundo latino, em relação ao do mundo anglo-saxónico, o qual é diferente em natureza e tradição. As duas Regiões Administrativas Especiais devem ter diferentes espaços de intervenção e movimentação, baseados nas suas próprias identidades, podendo obter assim o máximo de resultados para cada qual, mais do que substituir ou emergir delas, situação que poderá levar a grandes confusões e resultar em magros resultados positivos.

A questão é igualmente extensível ao uso da língua portuguesa em Macau depois de 1999. Como a língua chinesa não foi considerada língua oficial até 1991, voltamos a encontrar o tal

espírito redutor de alguns círculos intelectuais e políticos da cidade que pretendem, talvez com algum sentimento de retaliação, banir o português enquanto expressão oficial depois da transição de soberania. Os referidos sectores defendem que os principais responsáveis pela Região Administrativa Especial deverão ser chineses e, assim sendo, torna-se supérfluo o uso do português como meio de comunicação interna ou externa e, por consequência, deixa de existir a necessidade do ensino do português nas escolas chinesas como parte integrante dos *curricula*, tanto por necessidade, como por vontade. A argumentação baseia-se no facto de o inglês constituir uma língua muito mais útil do que o português em termos de comunicação. Esta linha de pensamento ingénuo, mas pernicioso, vai contra o espírito da Lei Básica, a qual especifica o português como língua oficial da Região Administrativa Especial. Com efeito, assim deve ser, porque o português é indispensável para manter o legado cultural e político do Território, assim como o inglês é necessário em Hong Kong para manter o espírito da lei. No entanto, depois da passagem de soberania, a língua portuguesa será, automaticamente, afastada da sua presente posição para um lugar mais secundário, não havendo forma de cortar ou abolir o seu uso. Muitos dos documentos oficiais estão a ser redigidos em português com pequenas traduções para chinês mas, infelizmente, muitas destas traduções não primam pela qualidade. Assim, torna-se prioritário a manutenção do bilinguismo no sistema administrativo e judicial, a fim de evitar o seu deterioramento.

Ao contrário de desencorajar a população em aprender português, ela deve ser incentivada a fazê-lo. Isto é particularmente dirigido para as gerações mais novas que poderão aprender o português tão bem como o inglês: como línguas estrangeiras, como herança da sua própria identidade, no sentido de incrementar a comunica-

ção com o mundo lusófono e outros países de expressão latina, os quais constituem 1/6 da população mundial. Essa juventude poderá servir melhor os interesses de Macau e da China no futuro, através do grande potencial de desenvolvimento da cidade como uma ponte entre a própria China e os referidos países. Tem sido bastante encorajador notar o aumento de interesse, nos últimos anos, por parte de chineses residentes em aprender português. Tal facto deve-se não à condição de aprender português para obter um bom cargo remunerado nos Serviços Públicos, mas sim por reconhecer esta língua como uma língua de cultura.

Como ainda estamos longe de conseguir um consenso sobre a nossa própria identidade, uma das prioridades para solucionar o problema deve ser conduzida em profundidade, através de uma investigação interdisciplinar, com particular ênfase nas Humanidades, para atingir uma definição científica. Na última década, a investigação tem sido conduzida principalmente por intelectuais da China continental ou por intelectuais locais educados na China. Como resultado destas investigações tem havido inúmeras publicações, sendo, no entanto, limitadas em extensão e em profundidade, para além de não estarem familiarizadas com as fontes escritas em línguas do Ocidente.

Estes intelectuais, conhecedores do sistema mundial a que Macau pertence, estão longe de obter um sério envolvimento neste estudo. Existe, assim, um profundo corte entre as comunicações sobre as investigações dos intelectuais do Leste e do Ocidente, em termos de trabalho académico e pontos de vista. Esperamos que este problema possa ser ultrapassado rapidamente, através do alargamento de simpósios, bolsas de estudo e actividades de promoção.

Torna-se necessária uma forte coordenação entre os diversos institutos de investigação dentro e fora de Macau, para fazer um melhor uso de recursos limitados e simultaneamente produzir resultados efectivos de forma a resolver alguns dos nossos problemas. O resultado destes estudos, provenientes de uma análise científica da identidade de Macau e do modelo de Macau, podem ser também uma grande contribuição para o mundo, em termos de promoção de harmonia, mútuo respeito e mútua tolerância, bem como servirem de lição para ambas partes em pé de igualdade.

Num outro plano, os resultados da investigação sobre a identidade de Macau deverão ser ligados com a implementação de programas de educação cívica dirigidos à juventude em particular e à população em geral, especialmente aos novos emigrantes. Vários tópicos sobre diversos aspectos de Macau como Geografia, História, Cultura, Política e o sistema legal (não apenas aquilo que está na Lei Básica) deverão ser introduzido nos *curricula* das escolas locais; comunicações, discussões e debates deverão ser integrados no programa normal das disciplinas. Os áudio-visuais como filmes, vídeos, banda desenhada, drama, bem como música, pintura e literatura deverão ser usados como meios de educação ao serviço da população, de forma a fazê-las sentir orgulho em serem «Ou Mun Yan», ou seja, cidadão de Macau, independentemente da sua origem étnica. O governo da Região Administrativa Especial deverá, através de associações cívicas locais, formar uma comissão especial para coordenar e financiar todas estas actividades.

Um terceiro aspecto desta questão é a vantagem que podemos usufruir da nossa própria identidade cultural para impulsionar o turismo cultural, por um lado, melhorando as nossas relíquias existentes e treinando guias turísticos qualificados para darem uma correcta e viva

«A identidade cultural de Macau é sino-latina, isto é, envolve a coexistência, interação e mistura das duas, baseada no mútuo respeito e tolerância, implicando mais harmonia do que conflito, mantendo uma estabilidade numa pluralidade».
Fotografia do Instituto Cultural de Macau.



explicação sobre a história cultural de Macau. Por outro lado, construindo novos parques temáticos inspirados na nossa própria identidade cultural atraindo turistas de todas as idades, sexos e nacionalidades, respeitando os seus interesses, dando-lhes suficiente entretenimento e informação sobre a nossa cultura, detalhe que irá diferenciar estes parques de outros parques existentes na região.

Tudo isto contribuiria para incrementar a economia de Macau num curto espaço de tempo, se estes projectos fossem apoiados por promoções turísticas especiais de diferentes tipos. Essa situação contribuiria, sem dúvida, para mudar a imagem de uma Macau-cidade do jogo, para uma Macau-cidade de cultura, na qual o jogo continuaria a existir, mas dentro de uma atmosfera renovada, confortável e segura.

No entanto, a indústria do jogo, como um todo único, iria diminuir gradualmente a sua posição cimeira na economia de Macau. Esta estratégia também mudaria a situação de Macau como sombra do turismo de Hong Kong, para uma posição de cabeça de dragão relativa ao turismo cultural no delta do rio das Pérolas, bem como asseguraria a sua singularidade na Região Ásia-Pacífico. Com suportes culturais adicionais, como o Centro Cultural, o Centro de Exposições, ginásios, etc., Macau poder-se-ia tornar num centro de conferências, encontros mundiais, espectáculos, exposições recreativas, lugar de retiro e de cuidados de saúde. Toda esta visão futura de Macau constitui a mais atractiva, a única forma e a melhor via para a sua sobrevivência.

Por fim, mas não menos importante, Macau deverá desenvolver-se num já existente pluralismo de linguagem, cultura e educação, pela manutenção do bilinguismo na administração, legislação e jurisdição e incrementar o seu papel como um centro de treino de línguas, como o

mandarim, o cantonense, o inglês, o português e outras línguas europeias e latinas.

Pode e deve desempenhar um papel de centro de treino, não apenas para a população local, mas também para estudantes e gente de fora, como da China continental, Taiwan, da zona da Ásia-Pacífico, e dos países de línguas latinas. Desta forma, Macau transformar-se-á, de uma simples e frágil passagem numa larga e forte ponte com duas vias de comunicação, através das informações e do trabalho de intelectuais dos três maiores continentes do mundo.

No sentido de alcançar este objectivo, existe a necessidade de preparar uma boa quantidade de técnicos devidamente qualificados, tais como professores, tradutores e toda uma variedade de profissionais, incluindo consultores e gestores. A nossa Universidade e instituições de ensino superior deverão ser organizadas no sentido de satisfazerem a procura crescente de quadros, dentro do atrás projectado, pois de contrário arriscam-se a transformar-se em simples instituições chinesas.

Os contactos com instituições no estrangeiro, principalmente as lusófonas, as hispânicas e francófonas, em termos de cultura, treino e negócios, devem ser expandidos e alargados; não devemos concentrarmo-nos apenas no melhoramento dos contactos com instituições da China continental. Uma vasta rede humana e informativa deverá ser estabelecida entre Macau e estes países, no sentido de servir melhor a China.

Analisando a História, podemos nos aperceber que o papel de Macau foi sempre de intermediário, um eixo, uma ponte para promover trocas culturais e comerciais entre o Império do Meio e o resto do Mundo. Para desempenhar este papel, acaba por se tornar completamente diferente do resto da China. Em outras palavras, possui a sua própria identidade. Os governantes chineses, começando nos imperadores Ming,

até Mao Zedong, Zhou Enlai, Deng Xiaoping e Jiang Zemin, todos souberam e sabem como preservar esta identidade em benefício da China, mas Deng Xiaoping foi suficientemente inteligente para chamar e identificar tudo isto através da fórmula «um país, dois sistemas».

Hong Kong foi escolhido em primeiro lugar para ser uma forte e útil ponte. Agora é o momento para o aparecimento da segunda ponte, mostrando a Taiwan que é possível desempenhar este papel, embora não de forma tão fácil no seu caso particular. Cada ponte deve ter a sua própria identidade. O sucesso e eficiência desta operação no sistema é uma importante condição para preservar a identidade de Macau, habilitando-a a desempenhar o papel de ponte.

Os observadores de Macau devem ter a responsabilidade de analisar criteriosamente se o segundo sistema aplicado a Macau e Hong Kong não degenerará no primeiro, para verificar se a China cumprirá a sua palavra de não interferência nos assuntos internos das regiões administrativas especiais, mantendo a política existente, os aspectos legais, económicos e sociais do sistema inalteráveis por mais cinquenta anos a partir de agora. Os chineses costumam dizer, de forma justificada, que quem está de fora consegue ver mais claramente. Não será suficiente ouvirmos da parte da China dizer que o sistema de Hong Kong e Macau está a resultar.

Diferente de Hong Kong, cuja ponte é primordialmente mantida com os países anglosaxónicos e Japão, os quais constituem agora os

Clube Militar de Macau. Exemplo de arquitectura colonial portuguesa. Fotografia do Instituto Cultural de Macau.





Mistura de estilos arquitectónicos ocidental e oriental na Praça do Leal Senado. Fotografia do Instituto Cultural de Macau.

principais parceiros económicos da China, Macau, como uma segunda ponte, não deverá duplicar o que tem feito Hong Kong. Em vez disso, deverá basear-se na sua própria identidade cultural e ampliá-la através das tradicionais ligações com a Europa continental – especialmente a latina – e o resto do mundo de expressão latina, que possuem fracas ligações com a China em termos de negócio e cultura, em virtude da barreira linguística.

Desenvolver o potencial de Macau através de uma segunda e forte ponte ligando a Europa aos países de expressão latina, vai completamente ao encontro da estratégia da China em diversificar as suas ligações internacionais entre diferentes pólos. Constitui assim também intenção da China tornar Macau num canal privilegiado para promover o estreitar de relações com Taiwan. Macau é uma parte integrante da grande comunidade chinesa, a qual inclui também Taiwan.

Estudar, prevenir, preservar e desenvolver a identidade de Macau deverá tornar-se na primeira prioridade durante a sua transição, ambas no sentido de manter e desenvolver a sua singularidade em termos culturais e económicos e aumentar a sua competitividade no próximo século.

Vulgarmente as pessoas comentam que Macau é como um diamante por lapidar, que deveria ser polido e aperfeiçoado, porque só assim o seu brilho poderá competir com a vizinha Hong Kong, a Pérola do Oriente. Sem este polimento e aperfeiçoamento realizado pela população de Macau, da China, da Europa e do resto do mundo, o diamante poderá rapidamente degenerar numa pedra sem utilidade. Toda a gente tem a obrigação de trabalhar arduamente para evitar esta degradação, mas a maior responsabilidade pesa sobre os ombros dos responsáveis da Região Administrativa de Macau.